



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CENTRO OSMAR DE AQUINO

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA

MARIA DA LUZ SANTOS DE LIMA

UM RECORTE SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

GUARABIRA/PB

2011

MARIA DA LUZ SANTOS DE LIMA

UM RECORTE SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

GUARABIRA/PB

2011

L732r

Lima, Maria da Luz Santos de

Um recorte sobre a história da educação infantil /
Maria da Luz Santos de Lima. – Guarabira: UEPB, 2011.

29f.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso - TCC)
– Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. Mônica de Fátima Guedes de
Oliveira”.

1. Educação Infantil 2. Infância 3. Criança
I.Título.

22.ed. 372

MARIA DA LUZ SANTOS DE LIMA

UM RECORTE SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC,
apresentado à Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial obrigatório
para obtenção do grau de Licenciada em
Pedagogia.

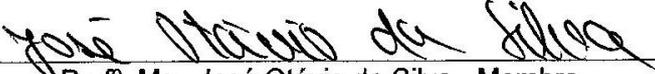
Orientadora: Prof^ª. Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

Aprovada em 14 / 06 / 11

BANCA EXAMINADORA:


Prof^ª Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira - Orientadora

Universidade Estadual da Paraíba


Prof^º. Ms. José Otávio da Silva - Membro

Universidade Estadual da Paraíba


Prof^ª Ms. Ednalva Maria da Silva - Membro

Universidade Estadual da Paraíba

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus. Dedico também à minha família em especial; aos meus pais, Analice Santos de Lima e José Cardoso de Lima, por compartilharem dos meus sonhos, por proporcionarem oportunidades para que conseguisse concluir o tão desejado curso universitário. Amo muito vocês! Às minhas amigas e cúmplices, pelo apoio oferecido, seja ele direto ou indiretamente, de modo espontâneo durante toda a minha caminhada até uma realização pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e presença essencial na minha vida e, em especial, na caminhada universitária, nos momentos que pensei em desistir, quando só enxergava o impossível logo me iluminava caminhos e, com suas mãos poderosas, ajudou-me a levantar e enfrentar as dificuldades.

À minha mãe, Analice Santos de Lima e meu pai José Cardoso de Lima, pelo dom da vida, pelo amor, apoio e confiança oferecidos a mim, sei que não vou decepcioná-los. Amo vocês demais.

A meus irmãos, Kescia, Cláudia, Cláudio, Clecio e Katia, pessoas bem especiais que sempre me amaram e cuidaram de mim como sua irmãzinha caçula, acreditaram e me fizeram persistir. Obrigada por vocês existirem.

Às minhas queridas amigas Alexandra, Janilma, Lidivânia e Marlécia da turma 2007.2, sempre companheiras dizendo sim quando deveriam, mas também chamando atenção nos momentos certos, vocês são daquelas pessoas que, a partir do momento que aparecem em nossas vidas, tornam-se mais que especiais, passam a fazer parte de nós mesmos, dando mais sentido e alegria à vida. Valeu pessoal!

À professora e orientadora Mônica de Fátima Guedes de Oliveira, pelo apoio e contribuição no processo de construção e finalização do trabalho de conclusão de curso.

A toda a equipe da Universidade Estadual da Paraíba, que direta ou indiretamente contribuíram na minha formação acadêmica. Obrigada!

A experiência de conhecer crianças é muito interessante. Elas demonstram agir com inteligência e chamam nossa atenção pelas coisas que fazem, pelas perguntas que nos trazem. Desde seu nascimento, o bebê é confrontado não apenas com as características físicas de seu meio, mas também com o mundo de construções materiais e não materiais elaborados pelas gerações precedentes, das quais, de início, ele não tem consciência. Essas construções comportam dimensões objetivas (formas de organização social, de atividade ou de trabalho, ferramentas ou obras) e dimensões representativas, codificadas especialmente pelas palavras das línguas naturais, plenas de significações e de valores contextualizados.

Zilma Ramos de Oliveira

RESUMO

Este trabalho tem como propósito mostrar resultados de pesquisa realizada através de fontes bibliográficas, como obras, artigos e documentos que discorrem sobre a construção histórica que cerca a educação da criança pequena, um ser especial, que precisa ser entendido com suas características próprias, bem diferenciadas dos adultos. Inicialmente, apresenta-se um breve estudo teórico sobre a concepção de criança e infância em diferentes épocas da história, as características das instituições pensadas para crianças de zero a seis anos de idade, a educação infantil na legislação brasileira e concluindo com algumas discussões sobre a idealização de criança e educação infantil nos dias atuais. O resultado da pesquisa revelou que as propostas para o presente precisam envolver uma intensa reflexão sobre o passado. Para identificar e compreender a educação é necessária uma busca constante de novas informações, para, a partir delas, tomar posicionamento e atuar com qualidade.

Palavras-Chave: Criança. Infância. Educação.

ABSTRACT

This work has the purpose, to show results of research accomplished through sources bibliography as work, articles and documents that discuss about the historical construction that surrounding the education of small child, a special being that needs to be understood with its own characteristics well differentiated of adults. Initially presents a brief theoretical study on the conception of child and infancy in different epochs of history, the characteristics of the institutions designed for children of zero to six years old, the infantile education in Brazilian legislation and concluding with some discussions about the idealization of child and infantile education currently. The result of research revealed that proposals for the present must to involve an intense reflection on the past. To identify and understand the education, is necessary a constant search for new information, after to know treat these information from them to take position and act with quality.

Keywords: Child. Infancy. Education.

LISTA DE SIGLAS E/OU ABREVIATURAS

RCNEI – Referencial Curricular para Educação Infantil

MEC – Ministério da Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES E CONTEXTO HISTÓRICO.....	12
2.1 Infância: formas de idealizar e tratar a criança.....	12
2.2 As instituições de atendimento à criança pequena.....	16
2.2.1 Creches e pré-escolas.....	19
3. A EDUCAÇÃO INFANTIL E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	22
4. INFÂNCIA, CRIANÇA E EDUCAÇÃO NOS DIAS DE HOJE.....	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
6. REFERÊNCIAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) institui no art. 29 que: “a educação infantil como primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL,1996).

O objetivo deste trabalho é trazer informações históricas sobre a concepção de criança, infância e educação, para explicar ou justificar acontecimentos atuais e, através destas informações, estimularem a reflexão e o pensamento crítico diante de todos desafios que encontramos na educação para criança pequena.

O primeiro momento do trabalho trata da questão que envolve as diferentes concepções de infância e criança em diferentes épocas; em seguida a história das instituições de atendimento para crianças de zero a seis anos de idade; traz também pontos de reflexão sobre as creches e pré-escolas que têm passado por um processo de expansão, além de uma abordagem da educação infantil na legislação discutindo os direitos e deveres e, para concluir, é proposta uma interpretação sobre a concepção de infância, criança e educação nos dias atuais.

A intenção da pesquisa é trazer dados que sejam úteis para os estudantes do curso de pedagogia, para os educadores de instituição da educação infantil e para os demais interessados no assunto. Entender o passado é propor momentos de reflexão sobre o trabalho com a criança pequena e sua educação nos dias de hoje.

Estar envolvido com a educação infantil é acreditar e valorizar esse público especial, dar credibilidade às suas instituições e compreendê-las como fonte possível de construção para uma iniciação educacional para as crianças, atendendo sempre e questionando padrões de qualidade.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES E CONTEXTO HISTÓRICO

O propósito deste tópico é tratar temas que proporcionem uma compreensão mais aprofundada das questões que envolvem a trajetória histórica da Educação Infantil, levantados a partir de fontes bibliográficas, analisando a construção histórica da criança pequena como sujeito da educação infantil e as instituições de atendimento às crianças de zero a seis anos de idade.

2.1 INFÂNCIA: FORMAS DE IDEALIZAR E TRATAR A CRIANÇA

Para entender a educação infantil é necessária uma viagem histórica acerca das concepções de criança e infância compreendendo as transformações ocorridas e entendendo que criança sempre existiu, porém a infância nem sempre, pois esse direito por muitas vezes foi negado.

Historicamente, a maneira de se pensar a criança vem sofrendo transformações na sociedade em diferentes épocas, reconstruindo novas visões que cerca a criança e as mudanças que ocorrem com ela ao longo da infância. Durante muito tempo, a criança foi ignorada enquanto sujeito histórico, participante e contribuinte de uma cultura com aspectos específicos, respeitando suas individualidades, na forma de expressar-se, na maneira de vestir-se, em um lugar próprio, pensado e adequado para a criança.

Nas comunidades primitivas, as crianças eram diferenciadas dos adultos apenas por seu tamanho e aptidões físicas, as crianças eram afastadas das suas mães logo cedo para aprender as tarefas dos adultos ajudando na sua realização. Na educação grega, as crianças ficavam com a mãe até os sete anos, em seguida, passavam a receber instruções elementares. Em Esparta, o pequeno espartano, a partir dos sete anos, tornava-se propriedade do Estado para receber uma formação de guerreiro.

Até o fim da Idade Média¹, não se tinha uma concepção formada de infância, até então era percebida como uma fase negativa a qual deveria passar rapidamente de modo que não deixasse vestígio para uma vida adulta; com a indefinição da infância, muitos

¹ A Idade Média teve início na Europa com as invasões germânicas, no século V, sobre o Império Romano do Ocidente. Essa época estende-se até o século XV.

acreditavam que essa fase correspondia do nascimento dos dentes até os sete anos de idade. Kuhlmann² (2010, p.30), com relação à infância, diz que “precisa ser percebida como uma condição da criança, na qual as experiências passadas em diferentes lugares e momentos, é muito mais que apenas uma representação dos adultos sobre esta fase da vida”.

Sendo a infância negada no período medieval, as crianças eram percebidas como insignificantes como homens em tamanho reduzido, “a criança deixava os cueiros, ou seja, a faixa de tecido que era enrolada em torno de seu corpo, ela era vestida como os outros homens e mulheres de sua condição” (ÁRIES, 1981, p.33).

O historiador francês Philippe Áries, considerado o precursor da infância, apresenta por meio de sua pesquisa uma representação da criança na sociedade medieval, na qual começa a ser entendida como um ser repleto de inocência, ingenuidade, fragilidade e detentor de características próprias. Áries, em sua obra *História social da criança e da família*, destaca o nascimento e o desenvolvimento dos dois sentimentos da infância, os quais chamou de paparicação e apego. Para ele, esses sentimentos eram forte nas mulheres incumbidas de cuidar das crianças. “Um novo sentimento da infância havia surgido, em que a criança, por sua ingenuidade e graça, se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto, um sentimento que poderíamos chamar de paparicação”. (ÁRIES, 1981, p.100).

Áries completa dizendo que de agora em diante as pessoas não hesitariam mais em admitir o prazer provocado em estar perto das crianças pequenas, o prazer que sentiam em paparicá-las. O segundo sentimento, o apego, surge de maneira contraditória a paparicação, por preocupar-se com uma educação com disciplina e racionalidade.

Foi entre os séculos XVII e XVIII que, a lentos passos, começou a ser pensada uma nova concepção acerca da infância; ao ressaltar essa concepção, é percebida a necessidade de respeitar essa fase bem específica da vida que traz consigo características curiosas. Ghiraldelli (2008, p. 19) chama atenção ao identificar duas concepções básicas sobre a infância:

² É pedagogo mestre em educação, mestre em educação e doutor em história social. Trabalha em São Paulo, como pesquisador da Fundação Carlos Chagas e professor da Universidade São Francisco. E-mail: mkj@fcc.org.br

Em uma primeira concepção, a infância é vista como uma fase negativa, que deve ocorrer, sim, mas que deve passar. Deve terminar para dar espaço para o aparecimento do adulto enquanto antítese da criança. A infância, nessa acepção, é a época da rebeldia, e então a criança deve ser conduzida da heteronomia à autonomia por meio de regras exteriores, postas pelo adulto. A autonomia e individualidade nascem “de fora para dentro”. Em uma segunda configuração, a infância é vista como fase positiva que deve não só ocorrer, mas ser prolongada, de modo a poder contaminar para toda a vida o homem que dela deve surgir. A infância nessa acepção, é assumida como uma fase de criatividade e pureza, e se a disciplina deve aparecer, ela deve vir como autonomia tirada “de dentro para fora”.

Com o advento da Idade Moderna³ vem o fortalecimento da concepção de criança e infância, agora entendida de forma especial, na qual a família passa a perceber-se com uma nova função em respeito à criança, que precisa de cuidados e de escolarização para sua formação moral e intelectual.

No século XVII, os ideais do grande precursor da Idade Moderna, João Amós Comenius (1592-1670), propôs entender a criança com delicadeza, como um ser dotado de inteligência e sentimentos, defendia uma educação universal partindo do princípio de que tudo deve ser ensinado a todos.

Com a modernidade, as crianças foram separadas dos adultos e mantidas em escolas até estarem “prontas” para a vida em sociedade (ÁRIES, 1981). A concepção de criança e infância avança com as transformações sociais e por meio de destaques em novas pesquisas no campo da psicologia e pedagogia.

O então iluminista Jean Jacques Rousseau, considerado mais um dos pensadores europeus no século XVIII inspirou uma nova revolução educacional baseado na crença que o homem é bom por natureza e se no decorrer da vida, começando pela infância, o seu desenvolvimento e motivação forem adequados, estará sendo estimulada uma criança para tornar-se um adulto protegido da influência destruidora da sociedade.

No seu livro *Emílio ou da educação*, Rousseau (1979) fornece suporte para uma descoberta da infância repleta de características e finalidades específicas que precisam ser respeitadas, de maneira que a criança possa sentir-se livre, em especial em contato com a natureza e não somente com as propostas já formadas pelos adultos, isto é, deve

³ Os séculos XV e XVI marcam o começo de um período histórico chamado Idade Moderna, que se estende até o final do século XVIII.

ser considerado o desejo da criança.

Não podemos deixar de ressaltar o grande pensador suíço Johnn Heinrich Pestalozzi (1746-1827) com suas contribuições no campo da história da educação, ele enfatizava o amor e dizia que só pelo amor se pode conseguir a força para levar o homem a uma realização ética. Para Pestalozzi (apud GADOTTI, 1997, p. 98), a educação poderia ser relacionada à natureza:

Uma educação perfeita é para mim simbolizada por uma árvore plantada perto de águas fertilizantes. Uma pequena semente que contém o germe da árvore, sua forma e suas propriedades é colocada ao solo. A árvore inteira é uma aldeia ininterrupta de partes orgânicas, cujo plano existia na semente e na raiz. O homem é como a árvore. Na criança recém-nascida estão ocultas as faculdades que lhe hão de desdobrar-se durante a vida: os órgãos do seu gradualmente se formam, em uníssono, e constroem a humanidade à imagem de Deus. A educação do homem é um resultado puramente moral.

Na Idade Contemporânea, que se inicia no século XIX e vem até os dias de hoje, a compreensão sobre a criança apresenta-se em nova perspectiva, ao considerarmos as suas necessidades e condições de desenvolvimento, com características singulares e sujeito de sua história.

Diante dessa construção, é possível mencionarmos ainda vários autores que contribuíram com suas pesquisas para que hoje tenhamos melhores esclarecimentos sobre esse processo histórico nas concepções de educação e infância.

Maria Montessori⁴ elaborou uma pedagogia a partir do trabalho prático com as crianças, com o uso de materiais didáticos, diante de seus resultados positivos a sua proposta pedagógica é conhecida e utilizada até os dias atuais. Jean Piaget⁵ (1896-1980) desenvolve a sua teoria acerca do pensamento infantil, acredita que desde o seu nascimento a criança é um ser em constante transformação ao construir seu próprio

⁴ Nascida na Itália em 1870 e falecida em 1952; médica, interessou-se inicialmente pela educação de crianças com necessidades especiais e deficientes mentais, quando fez observações importantes a respeito da psicologia infantil. Conciliando espírito científico e misticismo, pois era católica fervorosa, escreveu extensa obra que difundiu seu método no mundo inteiro.

⁵ Jean Piaget especializou-se em psicologia evolutiva e também no estudo de epistemologia genética.

conhecimento. Também Lev Vygotsky⁶ (1896-1934), estudioso russo direcionou sua teoria sobre a importância das relações estabelecidas entre o sujeito e o meio. Os autores citados trouxeram muitas contribuições valiosas, de maneira que continuam causando constantes reflexões na área da educação.

2.2 AS INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA PEQUENA

Com a valorização da criança como um ser social, pertencente e colaborador na construção de sua história, e com o reconhecimento dos sentimentos ligados à infância, nasce a preocupação da criação de um espaço reservado e adaptado para a educação de crianças pequenas. Na verdade, os primeiros espaços idealizados como instituições de educação infantil tinham o objetivo de suprir as necessidades de cuidados assistencialistas e não pedagógicas, a maioria destas instituições foram pensadas exclusivamente para atender às crianças de baixa renda.

A necessidade de fundação das instituições de educação infantil não era bem vista por todos, alguns intelectuais da época discordavam. De acordo com Bastos (2001, p. 63), algumas personalidades afirmavam que:

O jardim-de-infância não tem nada com instrução, é uma instituição de caridade para meninos desvalidos, que serve para que a mãe ou pai, sendo minimamente pobres, quando vão para o trabalho, entreguem seus filhos àqueles asilos, como já se faz entre nós e até na Bahia, em algumas casas dirigidas pelas irmãs de caridade. Mas aqui era preciso dar-se este nome pomposo. (Conselheiro Junqueira). Também manifestou-se o professor Alberto Brandão, afirmando que ‘os jardins-de-infância’, na Europa e nos países em que eles existem, tem por fim proteger as crianças pobres e dar margem a que a mulher possa auxiliar o homem nas profissões industriais. São, pois instituições de caridade e de economia social. Entre nós podem ser combatidos sob o ponto de vista moral, porquanto a mulher raramente deixa o lar para o trabalho, e não deve ser substituída, sem necessidade, no exercício de sua mais nobre missão – cuidar do filho – pela ação do Estado ou da caridade privada. O enfraquecimento dos laços de família é um fato da atualidade, fato que, a nosso ver, ressalta educação nos internatos oficiais e particulares, é de temer-se, pois, que seja deletéria a ação dos jardins-de-infância arrancando do lar a criança o mais cedo ainda.

⁶ O psicólogo bielo-russo Lev Vygotsky (1896-1934) morreu há 74 anos, mas sua obra ainda está em pleno processo de descoberta e debate em vários pontos do mundo, incluindo o Brasil.

O educador alemão Froebel⁷ (1782-1852), viveu em uma época em que a concepção de criança e infância passava por mudanças e transformações; ao trazer subsídios para a educação, ele enfatizava a importância da evolução natural da criança. Froebel instituiu os jardins de infância, destinados aos menores de sete anos. Em suas teorias, interpretava as crianças como plantinhas que precisam ser regadas e bem tratadas para crescerem fortes e dar bons frutos, os professores seriam então os jardineiros responsáveis por esse cuidado no processo de desenvolvimento da plantinha, ou seja, da criança.

Em sua proposta pedagógica, o teórico Froebel batizou de jogos as tarefas realizadas nos jardins de infância, e de dons ou dádivas, o material usado nessas tarefas. Acreditava-se que a participação e a alegria da criança no jogo garantiam o seu desenvolvimento pedagógico; os primeiros jardins-de-infância foram pensados para filhos da classe média alta.

Tanto na Europa quanto no Brasil, as primeiras tentativas de organização das instituições, para atender crianças pequenas, surgem para suprir a necessidade de acolher as crianças de mulheres que entraram no mercado de trabalho, decorrentes de fatores econômicos, como o sistema capitalista, a urbanização e o processo de industrialização. Sobre isso, Didonet (2001, p.12) comenta que:

As referências históricas da creche são unânimes em afirmar que ela foi criada para cuidar das crianças pequenas, cujas mães saíam para o trabalho. Está, portanto, historicamente vinculada ao trabalho extradomiciliar da mulher. Sua origem, na sociedade ocidental, está no trinômio mulher-trabalho-criança. Até hoje a conexão desses três elementos determina grande parte da demanda, da organização administrativa e dos serviços da creche.

Antes da criação das creches, uma das instituições destinadas à primeira infância no Brasil foi a Roda de Misericórdia ou dos Expostos⁸, criada em 1726, instaladas em conventos, hospitais ou casa de misericórdia, em que os expostos, ou seja, as crianças eram abandonadas por seus pais, a fim de evitar que fossem mortas. Após os primeiros

⁷ Nascido na Turíngia em 1782 e falecido em 1852; sua principal contribuição foi a atenção à criança ainda antes do ensino elementar.

⁸ Espécie de caixa giratória onde se colocava as crianças enjeitadas, nos asilos e orfanatos.

cuidados, as crianças eram enviadas a famílias pobres que recebiam uma gratificação mensal, essas instituições surgiram a fim de minimizar o elevado índice de mortalidade infantil da época, tentar, desta forma, amenizar o sofrimento e preparar as crianças para enfrentar a vida. Sobre a Roda dos Expostos, Aquino (2001, p. 31) diz que:

A roda dos expostos, como assistência caritativa, era, pois, missionária. A primeira preocupação do sistema para com a criança nela deixada era de providenciar o batismo, salvando a alma da criança, a menos que trouxesse consigo um bilhete – o que era muito comum – que informava à rodeira de que o bebê já estava batizado. No caso de dúvida dos responsáveis pela instituição, a criança era novamente batizada. Mas o fenômeno de abandonar os filhos é tão antigo como a história da colonização brasileira, só que antes da roda, as crianças eram abandonadas e supostamente assistidas pelas municipalidades, ou pela compaixão de quem as encontrava.

O surgimento das creches no Brasil, assim como na Europa, trazia a ideia de lugar de guarda de crianças pequenas e pobres, com precárias instalações e com os cuidados básicos de higiene. Sobre essa visão Kuhlmann (2010, p. 78) diz que:

A creche, para as crianças de zero a três anos, foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas de Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças. Além disso, não se pode considerar a creche como uma iniciativa independente das escolas maternais ou jardins de infância, para as crianças de três ou quatro a seis anos, em sua vertente assistencialista, pois as propostas de atendimento educacional à infância de zero a seis anos tratam em conjunto das duas iniciativas, mesmo que apresentando instituições diferenciadas por idades e classes sociais.

Sobre os fatores históricos, sociais e econômicos que envolviam as principais características de creche, Didonet (2001) destaca que, enquanto as famílias abastadas podiam pagar uma babá, ou seja, uma pessoa contratada para cuidar de crianças, as famílias pobres buscavam instituições para que cuidassem de seus filhos.

Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser em tempo integral; para filhos de operárias de baixa renda, tinha que zelar pela saúde,

ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto da família. Essa origem determinou a associação creche/criança pobre e o caráter assistencial (ista) da creche. (DIDONET, 2001, p.12).

As primeiras instituições de atendimento aos infantis no Brasil foram criadas nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Oferecidas por entidades privadas voltadas para atender as classes afortunadas, só a partir daí é que surgem novas iniciativas para instituições de atendimento para criança pequena.

Foi fundado no Rio de Janeiro, em 1875, o primeiro jardim de infância de caráter privado no país, idealizado e concebido em um dos melhores bairros da cidade, para atender exclusivamente as crianças que pertenciam à elite. Segundo Bastos (2001, p. 32):

Em 1875 instala, juntamente com sua esposa, D. Carlota de Menezes Vieira, um jardim de crianças no Colégio Menezes Vieira, situado na rua dos Inválidos, nº. 26, em um dos melhores bairros da cidade do Rio de Janeiro, com ótimas instalações – um pavilhão hexagonal, especialmente construído no centro do jardim, com ar e luz por quatro janelas. O jardim tem por objetivo servir uma clientela de elite, atendendo a crianças do sexo masculino, de 3 a 6 anos, que se iniciam em atividades relacionadas à ginástica, à pintura, ao desenho, aos exercícios de linguagem e de cálculo, escrita, leitura, história, geografia e religião.

Também sobre a criação de novos espaços para atender as crianças pequenas Kuhlmann Jr diz que foi em 1908 que instituiu-se a primeira escola infantil de Belo Horizonte e, em 1909, o primeiro jardim-de-infância municipal do Rio de Janeiro, “levantamentos realizados em 1921 e 1924 apontavam um crescimento de 15 para 47 creches e de 15 para 42 jardins-de-infância em todo o país” (KUHLMANN JR *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 94).

2.2.1 Creches e pré-escolas

Existem diferenças que é preciso ressaltar entre escola, creche e pré-escola, a partir da função de cada uma, lembrando que a educação infantil apresenta características integradas do educar e cuidar. Segundo Rocha (1999, p.61):

Enquanto a escola se coloca como o espaço privilegiado para o domínio dos conhecimentos básicos, as instituições de educação infantil se põem, sobretudo com fins de completaridade à educação da família. Portanto, enquanto a escola tem como sujeito o aluno, e como o objeto fundamental o ensino nas diferentes áreas, através da aula; a creche e a pré-escola têm como objeto as relações educativas travadas num espaço de convívio coletivo que tem como sujeito a criança de 0 a 6 anos de idade.

A Lei nº 9394/96, que regulamenta as diretrizes e bases para a educação básica, dispõe, no art. 30, capítulo II, sessão II que: “A educação infantil será oferecida em: I creches ou entidade equivalentes para crianças de até três anos de idade; II- pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos”.

O papel social destas instituições passou por grandes questionamentos, ora vistas com negatividade e sem perspectiva de contribuição para educação futura, ora lembrada como desafiadoras e estimulantes para possíveis avanços.

Durante muito tempo, uma das características marcantes nas instituições de educação para crianças pequenas foi a presença de um caráter simplesmente assistencialista, em que a preocupação estava em afastar crianças do trabalho servil que o sistema capitalismo estabelecia, com o cuidado das crianças abandonadas e com filhos de mulheres trabalhadoras; somente mais tarde, durante o século XIX, uma nova função relacionada à proposta pedagógica passa a ser interpretada nas instituições de educação infantil.

A fim de que essa função se efetive na prática, o trabalho pedagógico precisa se orientar por uma visão das crianças como seres sociais, indivíduos que vivem e sociedade, cidadãs e cidadãos. Isso exige que levemos em consideração suas diferentes características, não só em termos de história de vida ou região geográfica, mas também de classe social, etnia e sexo. Reconhecer as crianças como seres sociais que são implica em não ignorar as diferenças. Os conflitos que podem emergir não devem ser encobertos, mas, por outro lado, não podem ser reforçados: precisam ser explicitados e trabalhados com as crianças a fim de que sua inserção social no grupo seja construtiva, e para que cada uma seja valorizada e possa desenvolver sua autonomia, identidade e espírito de cooperação e solidariedade com as demais. (KRAMER, 1991, p.19)

Na verdade, as instituições de educação infantil devem oferecer simultaneamente as funções de educar e cuidar, pois são ações indissociáveis que

proporcionam às crianças elementos que enriquecem seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais.

As instituições das crianças de zero a seis anos devem ser pensadas e reinventadas como lugar de educação e cuidados coletivos. O cuidar e o educar estão nos momentos mais simples do cotidiano, ao alimentar a criança, ao trocar uma fralda, na hora do banho, esses momentos devem ser interpretados como possibilidades dentro do aspecto educativo, ao motivar que a criança realize essas atividades sozinhas contribuem para a sua independência.

De acordo com as ideias contidas no Referencial Curricular para Educação Infantil (RCNEI), documento elaborado pelo MEC, em 1998, o educar significa:

Propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (BRASIL, 1998, p. 23)

Contemplar o cuidar na esfera educacional na educação das crianças pequenas significa percebê-los como protagonistas do processo, cuidar, portanto, significa valorizar e ajudar o outro e a si próprio. Acerca do cuidar, o RCNEI discorre que “O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo”. (BRASIL, 1998, p. 25)

Em relação aos processos de educar e cuidar como propostas complementares na educação infantil, é possível entender que, quando se educa, se cuida; assim, é fundamental enfatizar a importância da criança como indivíduo que está em constante crescimento e desenvolvimento, não deixando de compreender sua singularidade e respeitar as suas necessidades.

3 A EDUCAÇÃO INFANTIL E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Diante de novas posturas acerca da criança, agora percebida como um ser diferente do adulto, e da infância como fase bem específica da vida, surge a necessidade de novos desafios na construção de políticas públicas voltadas para o interesse específico desse grupo.

A década de oitenta foi marcada por movimentos importantes na história do Brasil, com grande participação da sociedade civil, entre eles, a conquista na afirmação dos direitos das crianças pequenas, inclusive o direito à educação infantil, que foi garantido somente na legislação da Constituição de 1988, em que a criança fica legalmente reconhecida como sujeito de direitos, definindo-se que os pais, a sociedade e o poder público têm de respeitar e garantir esses direitos assegurados no artigo 227, que diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Assim, fica reconhecida na Constituição Federativa do Brasil de 1988, pela primeira vez na história do país, a garantia da educação de crianças pequenas e traz ainda no artigo 208 (inciso IV) a segurança de atendimento de educação infantil em creches e pré-escola. A partir de então, o infante foi concebido como sujeito de direitos, à educação infantil, foi acrescido o caráter educativo, que vai além do cuidado assistencialista.

Dois anos após aprovação da Constituição Federal de 1988, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei federal 8069/90, concretizando as conquistas dos direitos das crianças.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, lei fed. 8.069/1999, também conhecido como ECA, explicitou melhor cada um dos direitos da criança e do adolescente bem como os princípios que devem nortear as políticas de atendimento. Determinou ainda a criação dos Conselhos das Crianças e do

Adolescente e dos Conselhos Tutelares. Os primeiros devem traçar as diretrizes políticas e os segundos devem zelar pelo respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes, entre os quais o direito à educação, que para as crianças pequenas incluirá o direito a creches e pré-escolas. (CRAIDY, 2001, p. 24)

Segundo Ferreira (2000, p. 184), essa Lei é mais do que um simples instrumento jurídico, veja o seu comentário:

Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 resultou de intensas lutas, destaca-se por tratar da composição dos níveis escolares a qual inseriu a educação infantil como primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos, definindo, no título V, capítulo II, seção II, art. 30, que a educação infantil será oferecida em: “I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de 4 a 6 anos de idade”. (LDB, 1996). A lei apresenta novas formas de conceber a educação de crianças pequenas, permitindo as instituições diferentes formas de organização e prática pedagógica. Para Oliveira (2002, p. 82):

Tal inclusão da creche no sistema de ensino requer investimentos em educação permanente e nas condições de trabalho de seus educadores. Requer ainda repensar o modelo internalizado pelos educadores sobre o que é uma instituição escolar para a faixa etária de 0 a 6 anos. Para muitos este deve aproximar-se de um modelo [antiquado, mas em muitos lugares ainda não ultrapassado] de ensino fundamental com a presença de rituais [formaturas, suspensões, lições de casa], longos períodos de imobilidade e de atenção a uma única fonte de estímulos. Mas a creche envolve novas concepções de espaço físico, nova organização de atividades e o repensar rotinas e, especialmente, modificar a relação educador-criança e a relação creche-família.

Com as transformações pensadas para a educação infantil, agora entendida com as funções integradas de educar e cuidar surge novas propostas pedagógicas. Foi em 1998 que o Referencial Curricular para Educação Infantil foi formulado pelo MEC, com o objetivo de auxiliar na realização do trabalho educativo nas instituições de educação infantil. BESERRA (2007, p.50) relata que:

Vale ressaltar que o Referencial, por ser um documento oficial elaborado pelo MEC, deve ser compreendido enquanto auxílio na prática pedagógica da Educação Infantil, sendo este um elemento norteador e não limitador, tendo em vista sua relevância nas concepções que perpassam suas propostas, as quais são enfatizadas no desenvolvimento integral da criança pequena.

Mesmo com suas contribuições na área da Educação Infantil, o RCNEI sofreu muitas críticas, porém, como já foi dito, o documento serve como suporte para uma prática pedagógica significativa, não traz receitas prontas, o objetivo é estimular reflexões para os interessados e realmente envolvidos na busca de uma educação com qualidade para as nossas crianças.

4. INFÂNCIA, CRIANÇA E EDUCAÇÃO INFANTIL NOS DIAS DE HOJE

Em muitos momentos atuais, a concepção adequada de infância estabelecida pelo processo histórico social não combina com a realidade, aquela velha interpretação de criança como um adulto em miniatura volta a aparecer no momento em que permitimos e ajudamos as crianças a imitar os adultos na escolha das roupas, as músicas que cantam já não são infantis, usam maquiagem, calçados e assistem aos mesmos programas de televisão como seres adultizados. É preciso valorizar a criança e respeitar a infância como fase única em que são reconhecidos como sujeitos sociais e históricos; a nós adultos cabe usufruir dessa espontaneidade, imaginação e ingenuidade infantil.

A criança nos dias atuais ocupa maior destaque na sociedade, percebida como cidadãos de direitos e características particulares. Mesmo com essas conquistas perante a lei, a criança passa por momentos de exploração infantil seja moral ou física; é necessário estreitar a distância entre o discurso e a prática, daí a importância de motivar

questionamentos sobre as condições da educação de nossas crianças.

Um grande fator que contribui até hoje para uma crescente necessidade de melhorias e ampliação em instituições de atendimento para crianças pequenas é a necessidade familiar nas quais pais trabalham fora de casa e preocupam-se em buscar uma instituição especial com pessoas qualificadas que juntas possam somar as ações na missão de cuidar e educar seus filhos.

Mesmo com os avanços, deparamo-nos, a todo o momento, com retrocessos no que diz respeito à valorização das funções exercidas pelas instituições de educação infantil, mas é preciso não desistir e acreditar que juntos, governo, sociedade e família, podemos fazer a diferença e contribuir com os processos de desenvolvimento das nossas crianças de forma que se tornem adultos comprometidos com a educação.

Um dos temas mais discutidos atualmente sobre a educação infantil é a identidade e qualificação do profissional atuante. Nas pesquisas realizadas sobre a qualidade da educação infantil, todas concordam que o caminho para mudança é a formação profissional dos educadores. Através dessa formação, situam os maiores desafios da educação infantil. Sobre a formação dos educadores para educação infantil Kramer (2002 p. 99) diz que:

É fundamental que os profissionais tenham acesso aos conhecimentos produzidos. Defendo aqui uma formação como direito à educação; direito de crianças, jovens e adultos, também dos professores. Formação, nas áreas básicas do conhecimento – língua, matemática, ciências naturais e ciências sociais - e formação cultural, que crie oportunidades de discutir valores, preconceitos, experiências e a própria história. Formação entendida como qualificação para o trabalho e como profissionalização, com avanços na carreira e progressão na escolaridade. Formação que implica constituição de identidade.

Entre outras questões que compõem o quadro de desafios atuais da educação infantil, uma bastante discutida é o currículo, se faz necessário uma discussão na construção de uma proposta pedagógica fundamentada na necessidade das crianças. Segundo Oliveira (2007, p.169):

Planejar o currículo implica ouvir os profissionais em suas concepções e decisões, problematizar a visão deles sobre a creche e a pré-escola, evitando perspectivas fragmentadas e contraditórias, que refletem a influências das

várias concepções educacionais que vivenciaram ou com que tiveram contato. Implica, outrossim, reconhecer as famílias como interlocutoras e parcerias privilegiadas e garantir a participação delas e da comunidade no processo, tarefas que exigem a superação de muitos obstáculos.

Ainda sobre o currículo para educação infantil, Oliveira (2007, p.170) relata que:

O planejamento curricular para creches e pré-escolas busca hoje, romper com a histórica tradição de promover o isolamento e o confinamento das perspectivas infantis dentro de um campo controlado pelo adulto e com a descontextualização das atividades que muitas vezes são propostas às crianças. Tarefas ritualizadas de colorir desenhos mimeografados, de colar bolinhas de papel em folhas e outras são, com isso, substituídas por atividades de pesquisa, de troca de opiniões, de expressão pessoal.

Mesmo diante das conquistas, pesquisas revelam que nossas creches e pré-escolas atravessam situações precárias, porém outros motivos nos alegram ao perceber em nossas escolas um salto na qualidade do ensino das crianças pequenas, pois já é possível percebermos contribuições da educação infantil refletidas nas primeiras séries do ensino fundamental, ou seja, os processos de cuidado e educação integrados demonstram bons resultados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção da pesquisa surge diante das inquietações e curiosidades que cercam os aspectos históricos sobre a educação da criança pequena. Durante o estudo, foram realizadas análises que articulam a respeito de diferentes concepções educacionais para criança pequena e ainda uma abordagem sobre os ideais teóricos de grandes pensadores, como Comenius, Froebel, Rosseau, Pestalozzi, Maria Montessori, Vygotsky e Piaget, além dos diversos autores que oportunizaram uma fantástica fundamentação teórica.

Considera-se que a finalidade da pesquisa em trazer informações respeitáveis sobre o processo histórico que cerca a infância, criança e educação, foi alcançada com sucesso, assim entende-se que esta pesquisa aparece como forma de compartilhar elementos importantes na área da educação infantil; espera-se ainda que possa incentivar novos estudos voltados para a educação de crianças de zero a seis anos.

Mesmo sendo possível perceber progressos no que diz respeito à educação infantil no processo legal, é necessário direcionar ações mais objetivas, concretas, para obter sucesso no processo de ensino e aprendizagem, tais como um ambiente qualificado, profissionais habilitados, preparados para lecionar em sala de educação infantil de maneira que integrem os processos de cuidar e educar.

Em resumo, pesquisar a educação infantil na história foi levantar instrumentos necessários para entender o universo que abrange a educação para crianças de zero a seis anos, entender seus direitos e saber respeitá-los mobilizando pais, educadores e sociedade para, juntos, provocar mudanças na história dessas crianças e garantir o seu desenvolvimento em todas as fases de sua infância.

REFERÊNCIAS

AQUINO, L. As políticas sociais para a infância a partir de um olhar sobre a história da criança no Brasil. In: ROMAM, E. D.; STEYER, V. E. **A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado**. Ulbra, 2001.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BASTOS, M. H. C. Jardim de Crianças – o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887). IN: MONARCHA, C. **Educação da infância brasileira 1875 – 1983**. Campinas: Autores Associados, 2001.

BESERRA, Aurília Coutinho. **A inserção das creches no sistema de ensino: conquistas, perspectivas e desafios**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado em Educação, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, 305p.

_____. **Estatuto da criança e do Adolescente. Brasília. Lei 8069**, de 13 de julho de 1990. Constituição e Legislação relacionada. São Paulo. Cortez.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. Volume 1: Introdução.

CRAIDY, Carmem Maria. A educação infantil e as novas definições da legislações. In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. (Orgs). **Educação Infantil Pra que te quero?**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

DIDONET, Vital. Creche a que veio... para onde vai... In: DIDONET, Vital (org). **Em Aberto – Educação Infantil: a creche, um bom começo** / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. V.18, n.73, Brasília, 2001, pp.11-27.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (Org.). **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. SP: Ática, 1997.

GHIRALDELLI Junior, Paulo. Infância, Escola e Filosofias da educação. São Paulo: Cortez, 2008.cap.1, p.17-23 In: **História da educação brasileira**. Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

KRAMER, Sônia (org).**Com a pré escola nas mãos**.3. ed. São Paulo:Ática,1991.

KRAMER, Sônia. Formação de profissionais de educação infantil: questões e tensões. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

KUHLMANN, Junior, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 5. ed.Porto Alegre: Mediação, 2010.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n 9394**, de 20 de dezembro de 1996, Brasília.

OLIVEIRA. Z. M. R. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

ROCHA. E. A. C. **A pesquisa em educação infantil no Brasil**: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia. Florianópolis: UFSC, 1999.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

SOUZA, Solange J.; KRAMER, Sônia. Avanços, retrocessos e impasses da política de educação pré-escolar no Brasil. In: **Educação ou Tutela? A criança de 0 a 6 anos**. São Paulo: Loyola, 1988, p. 59-84.